



ARAKEN ALVES DE LIMA*

a evolução da agroindústria canavieira alagoana: da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ao processo de modernização da década de 1960

* Doutor em Economia pela Unicamp e Coordenador do Programa de Pós-Graduação do INPI



RESUMO

Este trabalho trata da evolução da agroindústria canavieira de Alagoas no período compreendido entre a criação do IAA e as Políticas de modernização da década de 1960 para mostrar a consolidação de uma estrutura econômica produtiva baseada na atividade canavieira. Na análise dos dados, recorreu-se às informações históricas e institucionais que determinaram a consolidação do processo usineiro tanto no Brasil quanto em Alagoas, enfatizando-se as especificidades locais que caracterizaram sua evolução. A análise empreendida permite concluir que a intervenção estatal através das políticas de cotas de produção, de garantia de mercado e de preços mínimos foi um dos principais determinantes da sobrevivência da atividade açucareira na região Norte/Nordeste, o que fez com que a agroindústria canavieira alagoana se tornasse uma das principais estruturas produtivas regionais.

PALAVRAS-CHAVE


Alagoas. Agroindústria canavieira. Açúcar e álcool.

ABSTRACT

This paper discusses the evolution of the sugarcane agribusiness in the state of Alagoas in the period between the creation of IAA (Institute of Sugar and Alcohol) and the modernization process of the 1960s. The purpose is to demonstrate the consolidation of a productive economic structure, based on sugarcane plantation. In the data analysis, we referred to historical and institutional information which determined the consolidation of the sugarcane industry both in Brazil and in Alagoas, with focus on local specifications that characterized its evolution. The analysis leads to the conclusion that state intervention (by means of production quotas, market guarantee and guarantee of minimum prices) was one of the main factors that determined the continuance of the sugarcane activity in the North/Northeast regions. This made the sugarcane agribusiness in Alagoas one of the main regional productive structures.

KEY WORDS

Alagoas. Sugarcane industry. Sugar and alcohol.



DOS ANOS DE 30 AO PÓS-GUERRA (1930-1950): CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE USINEIRO ALAGOANO

Em Alagoas, no início da década de 30, de um modo geral, todo processo produtivo açucareiro era muito atrasado, a produção agrícola canavieira não utilizava adubação, além de ser profundamente extensiva. Apesar de o Estado ser, nesse período, um dos quatro maiores produtores de açúcar, seus municípios figurarem bem no *ranking* dos dez municípios maiores produtores, e suas usinas estarem entre as de maior produção e maior capacidade de esmagamento de cana, o fato importante a registrar é que seu rendimento industrial era muito baixo, a ponto de só uma usina figurar entre aquelas que produziam mais de 100 kg de açúcar por tonelada de cana na safra de 1934/35 (TAB. 1).

TABELA 1

Brasil: Estados, municípios e usinas maiores produtores de açúcar (milhões de sacos de 60 kg); usinas com maior capacidade de esmagamento de cana e usinas com rendimento industrial maior que 100 kg/ton., quinquênio 1929/1930 a 1933/1934

Estado	Prod	Município	Prod	Usina (1)	Prod	Usina (2)	Capac Ton/24h	Usina (3)	Kg/ton
PE	18,1	Campos/RJ	6,59	Catende/PE	1,66	Catende/PE	1,76	V.Raffard/SP	117,8
RJ	8,4	Catende/PE	2,03	C.Leão/AL	1,36	Tiúma/PE	1,68	Piracicaba/SP	116,2
SP	7,29	Escada/PE	2	S.Grande/AL	1,12	S.Therezinha	1,6	S.Cruz/RJ	113
AL	5,09	S.Amaro/BA	1,87	S.José/RJ	1,11	C.Leão/AL	1,46	C.Leão/AL	107,5
BA	2,62	S.L.Norte/AL	1,45	Tiúma/PE	1,05	Barreiros/PE	1,46	Tiúma/PE	107
SE	2,35	Cabo/PE	1,39	S.Therezinha	0,78	Brasileiro/AL	1,42	Amália/SP	107
MG	0,86	Piracicaba/SP	1,3	V.Raffard/SP	0,76	União e Ind.	1,3	P.Real/RJ	106
PB	0,77	S.J.Lage/AL	1,16	Cucaú/PE	0,73	Junqueira/SP	1,3	M.Alegre/SP	105,3
		S.L.Mata/PE	1,13	Junqueira/SP	0,72	S.Grande/AL	1,24	S.Bábara/SP	105,1
		Atalaia/AL	1,06	União e Ind.	0,7	S.J.Várzea	1,2	S.José/RJ	105
								P.Feliz/SP	104,5
								Cupim/RJ	104,5
								Paraíso/RJ	104
								Quissaman/RJ	104
								Laranjeiras/RJ	103,6
								Massurêpe/PE	100,6
								Barreiros/PE	100,5

Fonte: Anuário Açucareiro (1936).

1 – Usinas maiores produtoras; 2-Usinas com maior capacidade de esmagamento de cana por 24 horas; 3- Usinas cujo rendimento industrial na safra 1934/1935 foi superior aos 100 kg de açúcar por tonelada de cana.

Esse quadro resultava nas grandes extensões das propriedades e implicava grande imobilização de capital em transportes, inclusive em estradas de ferro, dadas as longas distâncias dos canaviais. Contudo, o processo de formação das usinas em Alagoas revela que a entrada de novos capitais, ou mesmo a transferência de capitais de outras áreas para a atividade produtiva açucareira tinha como ponto de partida a propriedade de vastas extensões de terras e sua constante ampliação, confirmando o argumento central de Ramos (1999), segundo o qual

O usineiro no Brasil é, antes de tudo, um proprietário fundiário. Portanto, nunca houve – e não há – contradição entre a produção industrial e a produção agrícola no caso; mais ainda, entre a propriedade industrial e a propriedade fundiária. Portanto, não há ‘dois grupos dirigentes’ a se oporem e a disputarem a retenção de uma maior parcela do excedente gerado. (RAMOS, 1999, p. 23)

Assim, merece atenção o fato de que o processo usineiro em Alagoas, como de resto nos outros estados produtores de açúcar, visava expandir as produções agrícola e industrial extensivamente, não explorando alternativas intensivas presentes nos recursos produtivos disponíveis na estrutura de produção que estava sendo montada. Isto significa dizer que a luta desencadeada entre usineiros e senhores de engenho, que se aprofundara na década de 1930, tinha um caráter de concentração/centralização tanto industrial quanto agrícola. Isto se expressava no fechamento de centenas de engenhos e pequenas usinas com a conseqüente concentração da produção açucareira num conjunto reduzido de usinas, como também na aquisição das terras de engenho pelos usineiros. Os dados apresentados por Heredia (1988, p.162) e Andrade (1988 e 1997), revelam a existência, em Alagoas, de cerca de 1000 engenhos no ano de 1931 e apenas 587 em 1935.

Esta forma de expansão das usinas é caracterizada por Ramos (1999) como um processo de expropriação, pois,

As terras já tinham sido formalmente apropriadas e que, portanto, a expansão dos canaviais das usinas se fazia via expropriação. A luta pela matéria-prima por sua vez era,

antes de mais nada, uma luta pela propriedade da terra, porque esta, de um lado, assegurava o abastecimento das usinas e, do outro, levava ao desaparecimento dos engenhos. Além disso, ainda garantia reservas de terras para futuras ampliações das usinas e obstaculizava a instalação de novos concorrentes nas proximidades. (Ramos, 1999, p. 93)

No processo de expansão das usinas alagoanas foram observados diversos tipos de conflitos que, de um modo geral, expressavam a forma como se deu o processo usineiro no Nordeste. Estudando as relações sociais nas áreas canavieiras da região sul de Alagoas, com base em relatórios de engenhos e usinas, bem como em entrevistas com antigos moradores, Heredia (1988) relata o caso específico do conflito gerado por ocasião da instalação da usina Sinimbu e um engenho cujas terras faziam limites com as dessa usina.

Os conflitos iniciais se deram por conta da demarcação dos limites das propriedades, os quais eram desrespeitados pela invasão das terras do engenho por rebanhos de animais. Mesmo a lavratura de uma escritura demarcando os limites das propriedades não conteve os conflitos. Para ter acesso ao mar, fazia-se necessário usar o rio localizado em terras do engenho, tanto como via de chegada das máquinas e equipamentos para a montagem da usina quanto como via de escoamento da futura produção. Além disso, as ferrovias da usina, para transportar o açúcar até o rio, teriam que cruzar o engenho. Este tentou negociar com a usina a cobrança de um “pedágio” pela passagem da ferrovia, mas aceitou, em troca do assentamento dos trilhos, o compromisso da usina de que moeria suas canas, fato que revela uma situação em que as usinas já usufruíam de uma certa autossuficiência de matéria-prima. Nesse contexto, um novo conflito surgiu, desta vez com o poder público que, em legislação pertinente, obrigava que o tráfego nas estradas de ferro fosse aberto ao público em geral, o que não era respeitado pela usina que só permitia, a título de concessão, a utilização desse transporte pelos senhores de engenho cujas terras fossem cortadas pela estrada de ferro.

Na relação engenho/usina, o fornecimento de cana do engenho para a usina gerava conflitos de diversas ordens, referindo-se ao preço

pago pela usina, ao peso das canas entregues bem como à qualidade das mesmas. Desde o início do século, a renovação de contratos com a usina Sinimbu era motivo de repetitivos conflitos, demandando uma forte atuação de advogados. Conforme Heredia (1988, p. 165),

Dependendo do contrato feito, os *senhores de engenho* podiam ficar endividados com as usinas. Esse endividamento, se ocorresse de forma continuada, era vivido como uma ameaça, pois podia, de fato, redundar na perda da propriedade, a qual constituía a base do sustento econômico e político dos senhores de engenho. Nesse sentido, era prática corrente das usinas provocar este endividamento.

Os problemas da relação engenho/usina e os conflitos então suscitados não eram novos. Na verdade, reproduziam os antigos conflitos que marcaram as relações entre senhores de engenho e lavradores no tocante à fixação do preço e do peso da cana, assim como a própria relação dos senhores de engenho entre si, em particular no que dizia respeito aos limites das propriedades. No entanto, o surgimento das usinas e sua ação expansiva empurrou tais divergências para o segundo plano e propiciou a articulação e a organização dos senhores de engenho em vários níveis com o intuito de se defenderem dos usineiros, vistos então como ameaçadores de sua existência.

Os senhores de engenho tiveram muita capacidade de resistência, segundo Heredia (1988, p.167), devido ao “[...] controle das terras e da mão-de-obra por meio das relações de morada que [...] foi a base de sustentação do (seu) poder econômico e político [...] e [...] a garantia da reprodução do sistema social por eles representado”. A estratégia de resistência dos senhores de engenho baseou-se, pois, no reforço desse sistema social sobre o qual tinham total controle. Assim, atraindo um maior número de pequenos produtores que se situavam nas proximidades dos engenhos, viabilizava o acesso a terra para o cultivo de roçados próprios, intensificando as relações de morada, mas, o que de fato estava sendo estimulado era a existência de lavradores, dificultando, assim, o acesso das usinas à mão-de-obra para trabalhar nos seus canaviais. Ou seja, o acesso a terra aos pequenos produtores, em áreas de controle dos senho-

res de engenho, foi um importante mecanismo de resistência na luta contra os usineiros.

Um outro aspecto da resistência dos senhores de engenho se expressava na esfera política. A longa história de conflitos na relação engenho/usina se arrastava desde meados do século XIX e demandava a participação do Estado na mediação da relação entre estes dois grupos. Estes conflitos foram tratados em diversos congressos agrícolas realizados desde 1875, onde se aglutinavam tanto senhores de engenho quanto usineiros na perspectiva de encontrar formas de regulamentar as relações entre os setores conflagrados. No entanto, o acirramento dos conflitos na década de 1930 possibilitou a organização diferenciada dos senhores de engenho, os quais realizaram em Maceió, de 3 a 7 de março de 1937, o I Congresso dos “Bangüezeiros”, termo utilizado para ressaltar a diferença dos congressos anteriores e também para se diferenciar dos usineiros enquanto categoria social, apontando um caminho próprio dos senhores de engenho para a solução dos problemas que enfrentavam. Um dos principais resultados deste congresso foi a fundação, em 1941, da Cooperativa dos Fornecedores de Cana, que ficou sediada na cidade de São Miguel dos Campos, e que, por sua vez, fundara em 1943 a usina Caeté, que realizou sua primeira safra em 1946, sendo “[...] a primeira fábrica de açúcar, pelo sistema cooperativista, inaugurada não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul” (Diégues Júnior, 1949, p.127). A Cooperativa foi um importante instrumento, principalmente, pelo fato de viabilizar financiamentos para os senhores de engenho.

A organização da resistência dos senhores de engenho, nos diversos níveis em que se dava, estava conseguindo afetar as usinas, que passaram a ter sérios problemas de contratação de mão-de-obra. A tática utilizada pelas usinas em resposta para atrair a mão-de-obra foi reproduzir nos seus domínios as relações dominantes nos engenhos. Deste modo, para fixar os trabalhadores na usina, foram construídas casas melhores e “mais higiênicas”, e também se construiu escolas para incentivar a permanência dos trabalhadores. Essas ações eram justificadas pela usina num relatório de 1924, citado por Heredia (1988), da seguinte forma:

Temos todavia de resolver o problema da falta de braços com os nossos próprios recursos. É fácil de compreender que as fábricas desprovidas do conforto ou mesmo de qualquer meio de habitação para o seu pessoal ficam sujeitas aos trabalhadores adventícios que, além de não nos darem certeza de regularidade dos serviços, são sempre completamente desconhecedores dos trabalhos que se lhes confiam. É, além do mais, um dever de humanitarismo fornecer ao operário habitação higiênica e confortável. E isto não é puro acto de altruísmo ou de assistência social, é também medida de clarividência industrial, pois é claro que se temos um operariado feliz e sadio o seu trabalho será mais rendoso e mais perfeito. (Relatório da Usina Cansação do Sinimbu *apud* HEREDIA, 1988, p.170. Nota de rodapé 130).

Com isso, as usinas incorporaram os moradores das áreas dos engenhos que elas absorveram quando de sua instalação, e continuaram incorporando outros novos moradores a partir da sua expansão e da reprodução das relações dominantes nos engenhos. Cabe frisar, no entanto, que, o próprio aparecimento das usinas, introduzira novos padrões de relacionamentos entre trabalhadores e proprietários, assim como uma nova hierarquia administrativa, representada pelo surgimento de novos agentes, como o gerente de usina, o administrador de campo, dentre outros, revelando novas relações sociais que apenas estavam mascaradas com as antigas formas.

Essa intensificação de conflitos ocorreu numa década que foi marcada, para a economia açucareira, pelo excesso de produção, pela queda dos preços e, também, pela grande desorganização dos mercados internos. Estes fatores se somavam com as dificuldades de exportação dos excedentes de açúcar brasileiro devido a seus altos custos, bem como as restrições às importações dos demais países em função da crise econômica mundial. Neste contexto, estava criado o ambiente propício para o desencadeamento de uma política intervencionista no plano econômico em defesa, principalmente, da produção açucareira da região Nordeste, cuja sobrevivência resultou da decisão do governo saído da Revolução de 30 em defender a continuação daquela atividade.

O processo intervencionista preconizado baseou-se na ideia de que era necessário controlar a produção açucareira dos estados para contornar a crise de superprodução que irrompeu no Brasil ao final dos anos vinte e que tinha como origem, principalmente, a crescente produção açucareira dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O controle dessa crise teve pouca ligação com as exportações, e suas primeiras medidas, em 1931, eram voltadas ao estímulo a uma utilização alternativa para a cana e à formação de estoques reguladores de açúcar. No que se referia ao uso alternativo da cana, pretendia-se dar um destino produtivo não somente aos excedentes da produção agrícola mas também às sobras de açúcar, tudo por meio da produção de álcool combustível. Isso permitiria equilibrar oferta e demanda de açúcar, bem como ajudaria a economia nacional, reduzindo a importação de gasolina e, dessa forma, aliviando a pressão sobre o balanço de pagamentos.

Os dois aspectos centrais da política açucareira foram o sistema de defesa dos preços e de cotas de produção com base na média da produção dos cinco anos anteriores. Essa limitação foi estabelecida numa resolução do IAA de 20 de março de 1934, a qual, segundo Szmrecsányi (1979, p.193), “[...] marcou o início do planejamento governamental na agroindústria canavieira do Brasil[...]”. Tal resolução limitou a produção brasileira de açúcar de usina naquele período em torno de 11,8 milhões de sacos, dos quais a região Nordeste participaria com 62,8% e a região Centro-Sul com 37,2%. No todo, se sobressaía Pernambuco como hegemônico na produção açucareira, com 37,6% do total produzido. Alagoas estaria em quarto lugar com uma produção equivalente a 11,0% do total.

Portanto, o equilíbrio buscado seria alcançado com base nestes dois instrumentos: o estímulo à produção de álcool em larga escala e o estabelecimento e manutenção de um rigoroso sistema de cotas de produção de açúcar e de cana. A isto se associava uma administração de preços garantidores da sustentação e reprodução das produções.

A crise de superprodução de açúcar tinha se tornado uma realidade grave no final dos anos 20 e início dos 30. O súbito e intenso crescimento das exportações brasileiras de açúcar no período da I Guerra Mundial resultou, é verdade, do aumento da demanda e da atratividade dos preços internacionais desse produto. Porém, foi a expansão do consumo interno que desencadeou efeitos substanciais na sua produção, cujo crescimento

se deu não somente com a expansão da capacidade produtiva das fábricas e plantações de cana até então existentes, mas, sobretudo, com a instalação de novas unidades produtivas principalmente em áreas que não eram tradicionalmente produtoras de açúcar e que habitualmente importava esse produto do Nordeste. Tal processo, na verdade, é o que estava na base tanto da crise de superprodução do período quanto da transferência da hegemonia produtiva do Nordeste para o Centro/Sul.

Deste modo, o recurso à tutela do Estado foi uma condição para garantir a sobrevivência da atividade açucareira e o principal instrumento utilizado para atingir tal objetivo foi o sistema de cotas de produção. Dois problemas, porém, não eram solucionados com essas medidas, o primeiro deles dizia respeito ao estoque “herdado” que abarrotava os armazéns e trapiches. O segundo estava relacionado ao fato de que, além da produção das usinas, havia a produção dos engenhos. Conforme dados do Anuário Açucareiro do IAA, na safra 1936/37, por exemplo, a produção das usinas brasileiras foi de 9.550.214 sacos de 60 Kg, no entanto, houve uma produção de açúcar dos engenhos de 5.446.440 sacos. Em Alagoas, esses números foram, respectivamente, 669.535 e 273.415 sacos. Tal situação demandava, nas palavras de Loureiro (1969, p.108), uma “operação de limpeza” ou de “liquidação do passado”. Segundo este autor, as alternativas para isso seriam o apelo às exportações, a aplicação dos excessos fora da área alimentar, como a instalação de fábricas de papel ou congêneres, transformando o açúcar de produto principal em subproduto e, por último, o aproveitamento para a produção de álcool.

Observou-se, contudo, que a produção açucareira não parava de crescer, e os preços estabilizados estimulavam ainda mais tal produção. Em Alagoas, por exemplo, com raras exceções, tanto cresceu a produção por usina, que no total aumentou em 65,3%, como aumentou o número de usinas na década que, de 22 unidades produtoras, na safra 1930/1931, passou para 25 na safra 1940/1941 (TAB. 2).

TABELA 2
Alagoas: Produção de açúcar das usinas em sacos de 60 kg – 1930 e 1940

Usinas	Safras		Variação
	1930/31	1940/41	%
Central Leão	234.000	362.864	55,1
Serra Grande	183.015	280.240	53,1
Brasileiro	90.000	198.040	120
Sinimbu	47.173	57.986	22,9
Uruba	44.000	82.370	87,2
Co ruripe	43.000	33.454	-22,2
Esperança	36.100	0	-100
Alegria	30.000	51.800	72,7
São Simeão	29.270	50.928	74
Ouricuri	22.000	34.000	54,5
Campo Verde	20.161	42.118	108,9
João de Deus	19.000	26.925	41,7
Santo Antônio	15.000	60.139	300,9
Conceição do Peixe	15.000	18.268	21,8
Capricho	14.600	19.217	31,6
Camargibe	7.500	25.417	238,9
Água Comprida	6.500	6.160	-5,23
Bom Jesus	6.000	6.921	15,4
Porto Rico	6.000	11.779	96,3
Pindoba	1.960	0	-100
Santa Felisberta	1.720	0	-100
Terra Nova	1.916	2.351	22,7
Aurora	-	6.054	-
Lajinha	-	40.915	-
Recanto	-	5.855	-
Santana	-	8.060	-
São José	-	6.358	-
Três Bocas	-	6.224	-
Total	873.915	1.444.443	65,3

Fonte: Craveiro Costa e IBGE *apud* Andrade (1997, p. 64)

Uma explicação possível para tal fenômeno, especialmente para o caso do Nordeste, é que o sentido da limitação da produção era a manutenção da estrutura e do estado de coisas então vigentes, não permitindo a entrada de novos capitais no complexo. Isto ficava claro na legislação aprovada, que proibia a instalação de novas fábricas mas permitia a ampliação das cotas de produção das usinas e a transformação de engenhos em usinas. Para Ramos (1999, p.102), “[...] a impressão que se tem é a de que deveria ocorrer algo com o fito de ajudar quem já está, para ficar e até crescer, e de impedir o ingresso de quem até então não havia entrado no complexo”.

Explorar a produção de outros produtos não foi algo que atraísse o interesse da iniciativa privada, pelo menos em Alagoas. A produção alcooleira, em 1932, concentrava-se em apenas três usinas, que possuíam destilarias anexas, uma das quais produzia 77,5% do total. Toda a política desenvolvida, inicialmente pela Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM) e, posteriormente, pelo IAA, estimulando a construção de destilarias, fez com que, em 1937, o número destas aumentasse para 9 unidades. Entretanto, curioso é notar que o volume de produção não teve o mesmo comportamento, pois, o que se verificou foi uma queda na produção de álcool em Alagoas de aproximadamente 28%. As duas principais destilarias do início da década, a Serra Grande e a Central Leão, diminuíram suas produções, respectivamente, em 50,3% e 73,1% (TAB. 3).

TABELA 3
Alagoas: Destilarias e produção de álcool em litros – Safras 1932 e 1937

Destilarias	Produção(litros)		Variação %
	1932	1937	
Alegria	-	147.198	-
Central Leão	457.717	123.157	-73,1
Co ruri pe	-	51.639	-
Ouricuri	-	92.400	-
Rio Branco	-	45.072	-
Santo			
Antônio	-	117.610	-
Serra Grande	1.821.900	904.728	-50,3
Sinimbu	70.422	202.290	187,3
Uruba	-	9.826	-
Total	2.350.039	1.693.920	-27,9

Fonte: Anuário Açucareiro (1938) *apud* Andrade(1997, p.115)

Embora não se disponha de informações que permitam interpretar esse resultado na produção alcooleira alagoana na década de 1930, o que se pode aventar é que, certamente, produzir açúcar era muito mais interessante no momento. Essa é uma possível explicação devido ao comportamento da produção açucareira no Estado na década de 1930 que cresceu 65% (TAB. 2). Embora o período mostrado nessa tabela seja diferente, seus dados podem ser um bom indicativo para iniciar uma investigação.

Dada a situação de desequilíbrio entre oferta e demanda, a solução que se apresentava mais adequada seria então a remessa dos excessos para o exterior. No entanto, os dados do mercado de açúcar no Brasil, no período 1935-1949, deixam claro que tais excessos de produção já haviam adquirido um caráter estrutural nessa atividade produtiva (TAB 4).

TABELA 4
Brasil – Evolução da produção, da exportação e dos estoques de açúcar centrifugado – 1935-1949 (médias quinquenais, em mil toneladas métricas)

Quinquênio	Estoque inicial	Produção (A)	Exportação (B)	Consumo aparente	Estoque final	(B/A) %
1935-39	230,91	689,34	67,63	631,98	238,29	10,1
1940-44	287,6	875,6	43,54	814,37	295,62	4,9
1945-49	329,07	1.204,59	97,66	1.099,93	335,93	7,3

Fonte: IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool, folha avulsa).

Como se vê, os estoques formavam uma parte substancial da capacidade de oferta, e as exportações jamais representaram um percentual expressivo da produção brasileira nesse período. Os dados sobre produção e exportação dos principais estados produtores neste período mostram que, para nenhum deles, as exportações representavam percentual significativo de suas produções, embora não se possa negar a maior importância delas para os dois estados nordestinos (TAB.5).

TABELA 5

Evolução da produção dos principais estados e percentual exportado (médias dos quinquênios em t, associando anos civis a safras) – 1930 – 1949

Anos civis/ Ano safra	Pernambuco		Alagoas		São Paulo		Rio de Janeiro	
	Produção	%Exp	Produção	%Exp	Produção	%Exp	Produção	%Exp
1930-1934	217.078,00	12,8	61.101,20	9,4	87.484,80	0	100.878,00	0,6
1935-1939	228.401,80	13,6	66.856,00	11,4	128.786,80	0	133.040,40	0
1940-1944	299.159,60	8,8	93.487,40	13	155.197,60	0	153.777,00	0,2
1945-1949	372.973,60	17,2	112.162,00	13,4	261.292,60	0,1	207.059,60	4,6

Fonte: IAA (Anuários Açucareiros e folhas avulsas).

O que ocorria de fato era que, embora disputasse um maior espaço no mercado mundial, o açúcar brasileiro tinha mesmo no mercado interno sua principal área de realização. Isto se devia a fatores diversos e, dentre eles, destaca-se o processo de industrialização e urbanização por que o país vinha passando desde o início do século. Entretanto, embora aparentasse uma situação de estabilidade, a produção brasileira de açúcar estava sofrendo uma crescente pressão de fatores de desequilíbrio, os quais não se apresentavam de forma imediata e direta. Por exemplo, os grandes estoques internacionais de açúcar combinados às práticas protecionistas dos vários países desenvolvidos impossibilitavam a exportação dos excedentes a preços minimamente aceitáveis. O próprio Anuário Açucareiro (1940, p.94) apresenta dados que evidenciam tal afirmação ao mostrar que em seis safras, de 1931/1932 a 1939/1940, ocorreram *déficits* que representaram em média 39% do “valor da exportação”, quer dizer, o preço de aquisição pago pelo IAA/CDPA mais as despesas até o destino. No caso de São Paulo, como apontado, o fator de desequilíbrio mais importante foi a transferência de recursos da atividade cafeeira para a atividade açucareira, em função da crise de superprodução também no caso do café.

O mercado interno foi então onde se concentrou a maior parte do consumo do açúcar brasileiro. Contudo, é importante frisar que a situação interna era bastante conflituosa no período, pois aqui se desenvolvia uma luta feroz entre produtores (engenhos x usinas) e entre produtos (açúcar branco/centrifugado x açúcar escuro/não centrifugado), luta que pode ser resumida no confronto “açúcar de usina x açúcar de engenho” e que significava a intensificação do pro-

cesso de substituição de produtos e produtores na atividade açucareira. Segundo dados do *Anuário Açucareiro*, a produção de açúcar de usinas, que na média do triênio 1929-1930 a 1931-1932 representou 52% da produção nacional passou para 76% na média das safras 1945-1946 a 1947-48. O consumo *per capita* de açúcar de usina cresceu de 16,1 kg para 22 kg, enquanto que o açúcar de engenho caía de 7,5 kg para 6,6 kg. Tal luta perdurou até meados da década de 1960, época na qual ainda operavam muitos engenhos no país. Em Alagoas, por exemplo, segundo Dé Carli (1935, p. 50), estavam cadastradas até 31 de março de 1935, na seção de estatísticas do IAA, na qualidade de fábricas de açúcar, álcool, aguardente e rapadura, o total de 538 engenhos e apenas 28 usinas, sendo uma só com turbina e as demais com turbina e vácuo. Entretanto, já era evidente a superioridade da estrutura produtiva baseada em usinas açucareiras cuja produção havia superado em muito a capacidade dos engenhos (TAB. 6).

TABELA 6
Alagoas: Distribuição da produção de açúcar de engenho e de usina (mil sacas de 60 Kg)

Safra	Engenho	Usina
1919-20	985,5	255,4
1929-30	560,4	1.451,0
1939-40	451,7	1.817,7

Fonte: Censo de 1920 e *Anuário Açucareiro* (Vários anos) apud Szmrecsányi(1988, p. 57).

Neste contexto, é importante atentar para o comportamento dos preços do açúcar no mercado interno, um indicador decisivo do que estava por acontecer (Szmrecsányi, 1988), pois, se o valor total da produção cresceu da década de 1920 para a de 1930, isto se deveu ao aumento do volume produzido. Entretanto, quando se observa o comportamento do preço médio por saca de 60 Kg pago ao produtor, o que se percebe é que este apresentou uma trajetória de queda. Esse movimento de depressão teve como consequência a intensificação da concorrência pelo mercado interno, a qual resultou num processo de concentração produtiva indus-

trial em unidades de produção maiores e, também, a substituição dos produtores nordestinos de açúcar dos mercados consumidores mais dinâmicos (Rio de Janeiro e São Paulo), que passaram a ser explorados por produtores locais, favorecidos tanto por uma melhor localização em relação a esses mercados quanto por outras economias internas e externas.

Nessa situação, montou-se a estrutura institucional que se tornou condição determinante para o desenvolvimento da agroindústria canavieira até o final da década de 1980, principalmente a do Nordeste. No caso de Alagoas e Pernambuco, duas outras condições foram também decisivas: primeiro, as condições naturais da região eram extremamente favoráveis; segundo, e talvez mais importante, foi a articulação e a ação de forças políticas ligadas às oligarquias açucareiras desses estados nordestinos para controlar o IAA, reestruturar a atividade produtiva açucareira nos principais estados produtores do Nordeste, bem como garantir as condições de sobrevivência dessa atividade no mercado, mesmo em condições de menor eficiência produtiva, já que, conforme Ramos (1999, p.117), “[...] as possibilidades de ganho passaram a depender também da fixação dos preços e da distribuição das cotas de produção, algo que passou a ser feito no interior do aparelho do Estado”. A TAB. 7 é autoexplicativa no que diz respeito à relação dos produtores nordestinos com o IAA.

TABELA 7
 Presidentes do IAA, período e estado de origem de 1933 a 1969

Presidente	Período	Estado
Leonardo Truda	03/1933 a 05/1937	Rio Grande do Sul
Barbosa Lima Sobrinho	05/1938 a 03/1946	Pernambuco
Esperidião Lopes Farias Jr.	04/1946 a 05/1948	Alagoas
Edgard de Góes Monteiro	05/1948 a 01/1950	Alagoas
Manoel Neto Carneiro Campelo Jr.	01/09/1950 02:00	Pernambuco
Fernando Pessoa de Queiroz	09/1950 a 02/1951	Pernambuco
Silvio Bastos Tavares	01/09/1951 02:00	Rio de Janeiro
Gileno Dé Carli	12.1951 a 08/1954	Pernambuco
Carlos de Lima Cavalcanti	11/1954 a 12 1955	Pernambuco
Amaro Gomes Pedrosa	12/1955 a 08/1956	Pernambuco
Manoel Gomes Maranhão	01/1957 a 02/1961	Pernambuco
Leandro Maynard Maciel	01/09/1961 02:00	Sergipe
Edmundo Pena Barbosa da Silva	10/1961 a 09/1962	Rio de Janeiro
Manoel Gomes Maranhão	09/1962 a 01/1964	Pernambuco
Paulo Frederico do Rego Maciel	05/1964 a 06/1966	Pernambuco
José Maria Nogueira	06/1966 a 04/1967	Espírito Santo
Antônio Evaldo Inojosa de Andrade	04/1967 a 06/1968	Alagoas
Francisco Elias da Rosa Oiticica	06/1968 a 12/1969	Alagoas

Fonte: Oliveira (1975).

No caso alagoano, a atuação junto ao IAA foi decisiva para a sistemática modernização das unidades produtivas locais a partir do final da década de 1940 e ao longo da década de 1950. Tal atuação se desenvolveu num contexto de forte disputa política pelo poder executivo do Estado, iniciado com a Revolução de 1930, e seus desdobramentos em Alagoas que, conforme um cronista da época “[...] foi o único Estado do Brasil que nunca pôde usufruir os benefícios do movimento de 30, porque vivia completamente influenciado pela ação desses elementos que a própria revolução combatera” (GÓIS, 1941, p. 37). Esse processo é importante como referência, já que influenciou a evolução de toda a conjuntura política, social e econômica do Estado até seu

desfecho final com o golpe de 1964. Aqui apenas serão pontuados alguns momentos considerados marcantes desse processo:

- A divisão do clã dos Góis Monteiro, família do General Góis Monteiro, um dos principais estrategistas militares da Revolução de 30, tendo de um lado Osman Loureiro e seu genro Edgar de Góis Monteiro, e de outro, Silvestre Péricles de Góis Monteiro. Tal divisão, por meio de uma disputa violenta nas eleições de 1935, com tiroteios e mortes no centro da cidade, levou Osman Loureiro ao governo do Estado com o apoio de todo o grupo usineiro alagoano, derrotando, por sua vez, a candidatura de Silvestre Péricles;

- nascimento do que foi considerado por alguns estudiosos locais como o *populismo* alagoano. Movimento centrado na figura de Silvestre Péricles, que se elegeu governador nas eleições diretas de 1947, mas que teve seu auge com Muniz Falcão, que também se elegeu governador nas eleições de 1955 e foi reeleito em 1965, porém não referendado pelo poder legislativo, nem pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas;

- as ações do governo Muniz Falcão na tentativa de mudar alguns aspectos da estrutura econômica do Estado de Alagoas. Tais ações, ao confrontarem com os interesses das oligarquias locais, em particular os interesses dos usineiros, gerou reações que paralisaram seu governo por um processo de *impeachment*.

Osman Loureiro era jurista, membro de uma tradicional família de proprietários de engenhos da região norte do Estado. Por laços de casamento, tornara-se, também, membro da família Góis Monteiro e foi governador do Estado por duas vezes, como interventor (1934-1935) e por eleição indireta (1935-1940). Já tinha uma participação destacada nos debates nacionais sobre a política açucareira desde a década de 1920, quando dirigia a revista *Brasil Agrícola*, inclusive, fazendo parte da primeira Comissão Executiva do IAA. Além dele, outros do seu grupo político, como Castro Azevedo, Alfredo da Maya, Esperidião Farias, Joaquim Leão, Edgar de Góis Monteiro, dentre outros atuavam nas diversas instâncias do Instituto onde chegaram a ocupar a presidência da instituição por dois mandatos consecutivos na década de 1940. Foi exatamente nesse período que o parque usineiro alagoano pôde se consolidar com a ajuda do IAA, particularmente pela gestão de Edgar de Góis Monteiro, sobre quem, Osman Loureiro, num misto de admiração e reconhecimento, ao escrever sobre o Primeiro Congresso Nacional dos Pro-

dutores de Açúcar (Congresso de Quitandinha, 1949), e o problema da modernização das fábricas de açúcar afirmou:

O então presidente do I.A.A., Sr. Edgar de Góis Monteiro já se tinha antecipado nesse objetivo, com integral apoio do Governo e da Comissão Executiva. Deve-se-lhe o primeiro e principal esquema de investimentos desse tipo, em Alagoas. Graças ao seu descortínio, procedeu-se entre nós ao acondicionamento de diversas usinas, dotando-as, alternativa ou cumulativamente, de jogos de moendas, caldeiras, evaporadores, vácuos e demais implementos, inclusive turbinas elétricas, filtros a vácuo, decantadores, etc. Daí foi que Alagoas começou a aperfeiçoar as suas instalações, melhorando a sua produção, assim em quantidade como em qualidade, ingressando em condição no campo do açúcar cristal, quando até então era quase que só demerareira. Também se equacionou a questão das estações experimentais, sem as quais seria inútil qualquer propósito de racionalização do campo. (Loureiro, 1970, p. 151).

Nesse período, marcado pelo fim do Estado Novo, o contexto da política açucareira era de forte pressão, principalmente por parte dos usineiros paulistas, para fechamento do IAA que eliminava a intervenção estatal na atividade canavieira. Tal objetivo não foi alcançado devido à oposição e à força política dos produtores de açúcar nordestinos e cariocas, que queriam continuar abastecendo o mercado consumidor paulista que não parava de crescer. Segundo, porque o próprio IAA aumentou substancialmente as cotas de produção de açúcar, ato pelo qual os produtores paulistas tiveram um grande incremento de sua participação no mercado nacional, tornando-se produtores hegemônicos, mas, por outro lado, reforçando a tendência de superprodução ou de desequilíbrio a longo prazo entre produção e consumo.

A estrutura produtiva açucareira alagoana do final da década de 1940, onde a produção das usinas já havia superado a produção banguazeira, retrata o quadro de um parque produtivo praticamente consolidado, cujos grupos econômicos proprietários sofrerão poucas mudanças ao longo dos próximos quarenta anos. Na TAB. 8 registra-se a situação agrícola e industrial dos principais estados produtores.

TABELA 8
 Quadro geral da situação agrícola e industrial dos principais estados produtores na safra de 1949/1950

Estado	Situação Agrícola					
	Área Cultivada (hectare)	Produção (sacos 60Kg)	Rendimento (ton/h)	Cana moída pelas usinas(ton,%)		
				Total	Própria	Fornecedor
Alagoas	56.236	2.441.501	43	1.034,90	46,3	53,7
Pernambuco	137.933	5.025.944	36	3.873,70	52,6	47,4
São Paulo	133.349	5.984.171	45	3.667	66,4	33,6
Rio de Janeiro	80.062	3.853.929	48	2.446	40	60
Brasil	796.687	30.928.755	39	13.440,10	55,3	44,7
Situação Industrial (Posição em 31/12/49)						
	Usinas com turbina e vácuo		Usinas só com turbina		Total	
Alagoas	31		1		32	
Pernambuco	61		3		64	
São Paulo	80		113		193	
Rio de Janeiro	34		12		46	
Brasil	379		312		691	
	Engenhos de açúcar		Engenhos de rapadura		Total	
Alagoas	346		326		672	
Pernambuco	562		1.199		1.761	
São Paulo	844		1.636		2.480	
Rio de Janeiro	877		2.523		3.400	
Brasil	17.312		47.886		65.198	
	Destilaria de álcool Anidro		Destilaria de álcool Hidratado		Destilaria de Aguardente Total	
Alagoas	4		17		165	186
Pernambuco	12		42		83	137
São Paulo	10		58		2.305	2.373
Rio de Janeiro	18		16		597	631
Brasil	59		242		10.434	10.735
	Produção de açúcar em sacos de 60Kg (Tipo de usina) (1)		Produção de álcool em litros (Todos os tipos)			
Alagoas	1.584.205		6.142.886			
Pernambuco	6.466.586		41.602.059			
São Paulo	5.945.914		43.019.719			
Rio de Janeiro	3.828.934		33.512.402			
Brasil	21.139.508		135.433.533			

Fonte: Anuário Açucareiro – safra 1949/1950

Tais mudanças teriam sido, primeiro, a transferência de capitais pernambucanos para Alagoas, na década de 1950, por meio da aquisição de algumas usinas já em funcionamento. Tratava-se do Grupo dos Irmãos Coutinho, que adquiriram a usina Cansação de Sinimbu; do Grupo Assis Inojosa, adquirindo a usina Cachoeira do Meirim; do Grupo Ernesto Gomes Maranhão, que passou a ser proprietário da usina Santo Antônio e o Grupo Brito, comprador da usina Santana que, posteriormente, a trans-

feriu para o Grupo também pernambucano Bezerra de Melo. Também registra-se o surgimento da usina Santa Clotilde, em 1951, no município de Rio Largo, de propriedade do Grupo Oiticica, que já possuía diversos engenhos na mesma área; da usina Triunfo, também em 1951, no município de Boca da Mata, de propriedade do Grupo Tenório e da usina Taquara, em 1952, no município de Colônia Leopoldina, do Grupo Lessa.

A evolução da atividade produtiva canavieira, da criação do IAA ao final da década de 1940, está exposta na TAB. 9, onde se compara o desempenho dos principais estados produtores nas primeiras décadas de intervenção estatal. Os dados deixam claro que as políticas executadas pelo IAA alcançaram, de certo modo, o efeito esperado. Ou seja, não só possibilitou a manutenção da atividade açucareira na região Nordeste como viabilizou um importante processo de expansão de suas produções, que aumentaram em mais de 100%, tanto em Pernambuco quanto em Alagoas.

TABELA 9
Produção de açúcar, cana moída e rendimento industrial dos principais estados produtores (1931/1932 – 1951/1952)

Safras	1931/32-33/34 (médias trienais)	1949/50-51/52 (médias trienais)	Var. %
Alagoas			
Cana Moída (ton.)	600.851	1.194.494	98,8
Açúcar (sacos 60 Kg)	867.874	1.837.818	111,76
Rendimento (Kg/ton)	86,67	92	6,38
Pernambuco			
Cana Moída (ton.)	2.332.683	4.456.007	91,02
Açúcar (sacos 60 Kg)	3.460.146	7.462.546	115,67
Rendimento (Kg/ton)	89	101	13,56
São Paulo			
Cana Moída (ton.)	1.067.050	4.333.498	306,12
Açúcar (sacos 60 Kg)	1.689.493	6.927.033	310,01
Rendimento (Kg/ton)	95	96	1,4
Rio de Janeiro			
Cana Moída (ton.)	1.102.037	2.587.253	134,77
Açúcar (sacos 60 Kg)	1.653.056	4.085.669	147,16
Rendimento (Kg/ton)	90	96	6,41
Brasil			
Cana Moída (ton.)	6.020.045	15.293.293	154,04
Açúcar (sacos 60 Kg)	8.984.102	24.184.212	169,19
Rendimento (Kg/ton)	89	95	7,12

Fonte: MIC/IAA Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento – Divisão de Estatística

Entretanto, mesmo apresentando ótimos índices de crescimento, é de se observar que estes estavam abaixo da média nacional, cujo crescimento já refletia o dinamismo que passava a se incorporar no complexo canavieiro paulista e apontava para o processo de transferência da hegemonia produtiva para aquele Estado.

DA DÉCADA DE 1950 AO PROCESSO DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA

A década de 1950 foi marcada por uma significativa expansão da agroindústria canavieira nacional e, também, pela consolidação da transferência da hegemonia produtiva da região Norte/Nordeste para a região Centro/Sul, tendo o Estado de São Paulo como o principal produtor. O que deve estar claro é que a ação governamental no pós-II Guerra não conseguiu impedir o deslocamento regional da hegemonia produtiva na atividade canavieira porque a dinâmica mais geral da economia no período concorreu como força determinante nesse processo.

Nesse contexto de expansão da atividade canavieira nacional, Alagoas também vivenciou uma situação de enorme euforia, pois, conforme sentença Andrade Neto (1984, p. 64), para esse Estado, a década de 1950 “Foi de vital importância para o desenvolvimento do setor açucareiro [...], pois trouxe, sobretudo para a cultura canavieira, uma nova fase, com a incorporação ao processo produtivo, dos tabuleiros costeiros”.

Tradicionalmente, ao longo dos quatro séculos de desenvolvimento da cultura canavieira em Alagoas e no Nordeste, suas áreas de cultivo foram os vales úmidos irrigados pelos rios, as várzeas, bem como as colinas suaves encravadas nos tabuleiros, as encostas. Estas áreas, várzeas e encostas, eram tidas como as mais adequadas para o plantio da cana de açúcar até que, em face da necessidade de expandir tal lavoura e aumentar a produção açucareira e alcooleira, passou-se a incorporar gradativamente as terras de tabuleiros que, por fim, representaram a grande expansão da lavoura canavieira alagoana dos anos 50 em diante.

Na descrição do relevo de Alagoas, os tabuleiros são parte da Faixa Sedimentar Costeira, a qual envolve grandes áreas da zona úmida costeira do estado, e onde se pode distinguir a *Baixada Litorânea*, os *Baixos Platôs Costeiros (tabuleiros)* e *Superfícies Similares* e os *Baixos Platôs Costeiros Muito*

Dissecados. Embora bastante homogênea, tais áreas apresentam diferenças importantes entre suas partes norte e sul, tomando-se a cidade de Maceió como referência. Ao sul, é caracterizada por grande penetração para o interior, que varia entre 20 e 40 km, chegando a atingir a região do Agreste e possuir extensas e contínuas superfícies planas de tabuleiros e superfícies similares. Já ao norte, é pequena a penetração em direção ao interior e a largura da faixa passa a atingir apenas cerca de 8 km, em áreas limítrofes com o Estado de Pernambuco. Além disso, outra característica desta parte norte é a grande dissecação das superfícies dos tabuleiros.

Outro aspecto importante dessa formação geomorfológica é que há descontinuidades representadas por vales que separam as franjas de terras altas, os quais são mais ou menos profundos e amplos dependendo do declive dos tabuleiros, chegando até a constituir verdadeiras planícies com encostas, também, mais ou menos íngremes, e por onde correm rios na mesma direção dos tabuleiros, direção Oeste-Leste.

A impropriedade dos tabuleiros para a cultura canavieira devia-se à pobreza do seu solo em humos. Devido a isso, tal área conservara, até então, suas características naturais com dois tipos de cobertura: nas partes de manto arenoso denso, uma vegetação nativa pouco densa e com árvores de pequeno porte; nas partes onde o manto arenoso era menos denso, sobrevivera uma vegetação primitiva de grande porte, a Mata Atlântica. A incorporação dessa área ao processo produtivo, evidentemente, implicou um grande processo de desmatamento e a substituição dessa mata nativa por canaviais. Foi assim que, para superar o problema do solo pobre e arenoso dos tabuleiros, além dos cuidados técnicos exigidos, utilizou-se variedades de cana mais rústicas e resistentes, como a CO-333, além de empregar em larga escala sistemas de adubação química.

Quando comparado com as antigas áreas de cultivo da cana (várzeas e encostas), os tabuleiros eram menos férteis, o que representava uma desvantagem. Contudo, tais áreas, até então consideradas inaptas para a cana, apresentavam algumas vantagens, como a facilidade de mecanização, a dispensa do uso de curvas de nível e a realização de drenagem e, muito importante, o fato de as áreas de tabuleiro estarem situadas próximas das usinas, possibilitando o barateamento dos custos do transporte da matéria-prima.

O processo de ocupação dos tabuleiros costeiros, permitindo a conquista de novas terras pelas usinas e a expansão dos canaviais, seja nos municípios tradicionalmente canavieiros seja em novos municípios, sugere que o processo de expansão da agroindústria canavieira alagoana guarda algumas semelhanças com o que aconteceu em São Paulo onde, segundo Ramos (1998, p.4), “O fato é que sempre foi fundamental nesse processo expansivo a formação de unidades produtivas que tinham em terras de melhor fertilidade e de melhor localização os seus mais importantes elementos constitutivos”.

As principais consequências dessa expansão, no que se refere à questão do processo de produção do espaço canavieiro nordestino, segundo Andrade Neto (1990, p. 63), foram as seguintes: eliminação da pecuária nas terras ociosas de usinas e de fornecedores de cana como fonte secundária de renda; intensificação da concentração fundiária e consequente desaparecimento de pequenas propriedades, as quais foram anexadas pelas usinas; fim da cultura de subsistência desenvolvida por agricultores não proprietários reduzindo a oferta de alimentos e aumentando seus preços; destruição do sistema de moradas, próprias das relações de trabalho então vigentes e que garantia uma pequena área para lavoura de subsistência ao trabalhador; queda no padrão de vida do trabalhador em função da quebra do sistema tradicional de relações de trabalho que garantia alguns direitos já consagrados pelo costume; sobrecarga populacional nas cidades agravando os problemas já existentes por falta de infraestrutura; encarecimento dos alimentos nas áreas urbanas; e queda na renda do trabalhador canavieiro afetando diretamente sua qualidade de vida.

Além dessas consequências, chama-se a atenção também para o grande impacto ambiental desse processo modernizador e expansionista da atividade canavieira. Ressalta-se o desequilíbrio ecológico em função da rápida destruição do que restava da Mata Atlântica naquela porção do Nordeste e do lançamento de resíduos industriais nos rios e lagoas da região, provocando poluição das águas e mortandade da fauna ictiológica.

A ocupação das terras de tabuleiros teve início com a aquisição da usina Cansanção do Sinimbu, em 1951, pelo grupo pernambucano dos irmãos Coutinho, como mencionado, e foi intensificada principalmente ao longo dos anos 70 e 80. De fato, estabeleceu-se uma nova condição para expansão da agroindústria canavieira alagoana e abriu-se uma nova fase

de evolução. Entretanto, é necessário que se tenha em mente que tal fato estava inserido num contexto em que já havia uma certa acomodação da ação institucional no sentido de reconhecer a nova realidade da agroindústria canavieira nacional no pós-Guerra. Assim, embora tenha tentado reforçar a capacidade competitiva dos produtores nordestinos nos crescentes mercados do Sudeste estabelecendo um sistema de preços diferenciados, o que gerou fortes pressões contra a instituição, o IAA acabou, na segunda metade da década de 1950, autorizando o aumento da capacidade instalada dos produtores do Centro-Sul, especialmente São Paulo, tendo como critério a evolução dos mercados regionais que eles abasteciam. Ou seja, era uma rendição, uma formalização do reconhecimento da hegemonia da agroindústria canavieira da região Centro-Sul. Esta era a nova realidade. Para o Nordeste, garantiu-se que seus excedentes produzidos fossem destinados preferencialmente às exportações, mesmo a preços gravosos.

Neste período, Alagoas atravessava uma conjuntura política extremamente conturbada, cuja evolução foi determinante para a estruturação do modelo econômico que prevaleceu. Isto porque havia chegado ao cargo de governador do Estado, em 1955, num processo eleitoral muito disputado, uma *persona non grata* aos usineiros alagoanos.

O governador eleito neste pleito, Muniz Falcão, não era alagoano. Nasceu em Pernambuco, na cidade de Araripina, e chegou em Alagoas no ano de 1942 para exercer o cargo de Delegado do Trabalho, com a tarefa de fazer cumprir no Estado a legislação trabalhista. Sua atuação à frente da Delegacia do Trabalho deixou insatisfeitos os setores empresariais que, com a queda de Getúlio Vargas em 1945, conseguiram sua exoneração e transferência para o Estado da Bahia, onde fora nomeado, também, Delegado do Trabalho. Sua volta para Alagoas se deu com a eleição de Silvestre Pérciles de Góis Monteiro para governador em 1947, ocasião em que fora reconduzido ao cargo de Delegado do Trabalho. Em 1949, a Assembleia Legislativa e dirigentes industriais acusavam-no de promover a discórdia entre trabalhadores e empregadores e de intromissão indevida na política do Estado. Em 1950, elegera-se deputado federal, numa campanha em que o candidato a governador apoiado por Silvestre Pérciles e o próprio General Góis Monteiro, candidato ao senado, foram derrotados, significando o fim do ciclo dos Góis Monteiro na política

alagoana. Neste processo eleitoral, foi eleito governador o jornalista Arnon de Mello que, a partir de então, erigiu um império de comunicações após adquirir, em “operação controvertida”¹, o órgão da imprensa oposicionista *Gazeta de Alagoas* e que era dirigido por Muniz Falcão.

Em 1954, Muniz Falcão se reelegeu deputado federal com uma das maiores votações da história de Alagoas até então. Mas foi sua chegada ao cargo máximo do Estado em 1955 que deflagrou uma guerra por parte das elites locais. Inicialmente, por meio das lideranças *udenistas*, tentou-se anular sua eleição. Em seguida, começou-se uma poderosa campanha na imprensa local e do Sul do país para desestabilizar o novo governador. Contudo, a “gota d’água” ocorreu em 22 de outubro de 1956, quando, por ato do governo Muniz Falcão, foi publicada a Lei n. 2.013 (Lei da Controvérsia), que instituía a *Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde* e incidia sobre o açúcar e outros produtos com o objetivo de “Fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação e saúde pública no Estado”². Esse fato desagradaria profundamente os empresários, particularmente os poderosos produtores de açúcar.

Fundamentalmente, foi a publicação dessa lei que aprofundou as divergências entre o governo e as oligarquias locais, possibilitando que seus representantes no Poder Legislativo apresentassem uma denúncia contra o Chefe do Executivo acusando-o de conivência com a situação de crimes políticos, que envolveram a morte de lideranças oposicionistas; e de violência contra os Poderes Legislativo e Judiciário. Com isso, foi aberto um processo de *impeachment*, cuja Comissão Especial teve como relator o líder da UDN no Estado, deputado e usineiro Teotônio Vilela que, em relatório conclusivo apresentado ao plenário da Assembleia Legislativa, acolheu a denúncia contra o governador.

Tal processo paralisou o governo durante todo o ano de 1957 e a votação do relatório, no dia 13 de setembro daquele ano, transformou o plenário da Assembleia Legislativa numa verdadeira praça de guerra, já que todos os deputados, tanto os da situação quanto os da oposição, compareceram armados, com a própria Mesa Diretora sendo protegida por

¹ Expressão utilizada por Tenório (1995).

² Lei da Controvérsia *apud* Tenório (1995, p. 242).

uma barricada de sacos de areia. Antes da votação, entretanto, teve início um tiroteio, com todos atirando em todos, cujo resultado final foi um deputado morto (o sogro do governador), e um funcionário, cinco deputados e um jornalista feridos, este último, o carioca Márcio Moreira Alves, que estava no local fazendo a cobertura do evento.

Isso não representou o final do processo. O Estado permaneceu conflagrado e ficou sob intervenção federal até o encerramento da disputa jurídica, da qual Muniz Falcão saiu vitorioso, tendo reassumido seu mandato em 24 de janeiro de 1958.

Segundo o historiador alagoano Douglas Apratto Tenório (1995, p. 177), o ano de 1957 foi um divisor de águas na história alagoana:

É a plenitude da experiência populista em Alagoas, com mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento sindical e acirramento das lutas ideológicas sob a sombra de uma grave crise político-institucional. Ali se delinearão com clareza as posições ideológicas mascaradas em outros momentos por alianças oportunistas, como ocorreu após a Revolução de 30 e, especialmente, na luta para a democratização. Na agudeza da crise, as águas procurarão o seu leito natural.

A gestão Muniz Falcão merece destaque porque ela foi marcada pela tentativa de modificar alguns aspectos do perfil econômico do Estado. Um dos pontos altos do período foi a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (Codeal), a qual deu origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico de Alagoas. Este trabalho, junto com o Plano de Ação do Governo de São Paulo e o Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia são considerados esforços pioneiros quando se fala em planejamento estadual no Brasil. Das atividades desencadeadas pela Codeal, destaca-se a criação de uma infraestrutura econômica para o Estado, com prioridade para os setores de energia elétrica (com a criação da Companhia de Eletrificação de Alagoas/Ceal, transporte, água, armazéns e silos, atividades que foram desenvolvidas de maneira conjugada ao planejamento regional feito pela Sudene.

Esse relato sobre o contexto político alagoano do final dos anos 50 e início de 60, visou mostrar que o aprofundamento e a intensificação de uma estrutura econômica baseada na atividade canavieira não foi vista como a única possibilidade para o futuro do Estado de Alagoas. O que está se afirmando é que não havia um determinismo impondo o modelo de desenvolvimento que se configurou ao longo das décadas que se seguiram ao processo de disputa acima relatado. No entanto, é importante reconhecer que, dado a fase expansionista do mercado dos produtos da agroindústria canavieira e toda a estrutura institucional montada no país favorecendo principalmente o setor nordestino, era mesmo pouco provável que outro modelo de desenvolvimento conseguisse se afirmar sobre o que finalmente se consolidou.

Voltando ao contexto expansionista em que vivia a agroindústria canavieira do Brasil e, particularmente, a de Alagoas nesse período, é necessário referir-se ao acontecimento de maior relevância neste momento para a futura evolução desta atividade produtiva: a Revolução Cubana ocorrida em 1959 e a conseqüente ruptura de relações políticas e econômicas com os Estados Unidos da América. Tal rompimento implicava a exclusão do açúcar cubano do Mercado Preferencial americano e a possibilidade de uma participação muito mais significativa do produto brasileiro no mesmo.

Todavia, não era só a possível substituição do produto cubano pelo brasileiro no Mercado Preferencial americano que revigorava as perspectivas da agroindústria canavieira do Brasil em relação ao mercado externo. Também, ligado a esse fenômeno cubano, abriu-se mais oportunidades no Mercado Livre Mundial do açúcar, pois, com a revolução, Cuba se vinculou ao Bloco dos Países Socialistas, para os quais passara a ser fornecedor privilegiado, levando a que alguns países desse bloco, que eram autossuficientes e até mesmo exportadores de açúcar, passassem a adquirir o açúcar cubano, liberando desta forma recursos para outros investimentos agropecuários, mas, ao mesmo tempo, ampliando o espaço para uma maior participação brasileira no comércio internacional.

Outro fator importante, ainda relacionado ao açúcar cubano, foi sua perda de participação no Mercado Livre Mundial devido às seguidas quebras de safras em função de problemas climáticos, o que dificultou, por parte de Cuba, o cumprimento dos compromissos assumidos. Tal fato levou a que os países consumidores procurassem outros fornecedo-

res que garantissem seus necessários suprimentos, posição que o Brasil passaria a ocupar com destaque.

Como se vê, então, a conjuntura do mercado internacional de açúcar era extremamente favorável para a agroindústria canavieira do Brasil e particularmente para a nordestina, pois, como já foi dito acima, as exportações ficaram preferencialmente reservadas para os excedentes da produção do Nordeste. Entretanto, para ocupar esse espaço que se abria no contexto do comércio internacional, fazia-se necessário rever a situação do parque açucareiro nacional, então em grandes dificuldades, tanto do ponto de vista da capacidade financeira das usinas quanto do necessário reequipamento das fábricas que eram completamente obsoletas. Fazia-se necessário aumentar a produtividade dessa agroindústria, principalmente a do Nordeste. E, para enfrentar a tarefa, na década de 1960, foram elaborados diversos fundos e programas, conforme apontados abaixo.

- Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961);
- Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963);
- Fundo Especial de Exportação (1965);
- Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965);
- Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971); e
- Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/Planalsucar (1971).

O objetivo aqui não é discutir as características e especificidades de cada um desses itens como instrumento de estímulo ao desenvolvimento da agroindústria canavieira, tarefa realizada em Szmrecsányi (1979) e Ramos (1999). O que se fará, neste trabalho, é indicar os objetivos mais gerais do conjunto desses fundos e programas, suas limitações e seus resultados para, então, mostrar como eles repercutiram na atividade canavieira do Estado de Alagoas.

Assim, sinteticamente, pode-se dizer que, o Fundo de Recuperação, composto dos saldos financeiros das exportações para o Mercado Preferencial americano, visava ampliar a produção de açúcar e garantir sua exportação e comercialização no mercado externo. Para isso, criou condições especiais de empréstimos, com juros de 6% ao ano, carência de dois anos e prazo de 15 anos para pagamento. Já o Fundo de Racionaliza-

ção objetivava a ampliação da oferta de açúcar a partir da redução dos custos de produção e da modernização do setor. Por último, o Fundo Especial de Exportação, que era o mais abrangente, estava voltado à sustentação dos preços do açúcar brasileiro no mercado internacional, mas também estabelecia responsabilidades para as regiões quanto ao atendimento dos mercados externo e interno, dispunha sobre a manutenção de estoque regulador para evitar o desequilíbrio do mercado interno e uma série de outras atribuições.

O Plano de Expansão, estava voltado à ampliação do limite global de produção das usinas brasileiras, e seu objetivo era atingir uma produção de 100 milhões de sacos até a safra de 1970/1971, sendo 80 milhões destinados ao mercado interno e 20 milhões para exportações e para a formação de um estoque regulador de transferência.

O Programa de Racionalização visava modernizar as empresas açucareiras e alcooleiras e alcançar economias de escala por meio de fusões, incorporações e realocações, tudo isso com o objetivo maior de elevar os índices de produtividade e reduzir os custos de produção. O Planalsucar, entretanto, era voltado à atividade agrícola, visando modernizar a produção canavieira, criando uma estrutura de pesquisa agrônômica para introduzir novas variedades mais produtivas e com mais adaptabilidade às condições de cada região.

Destes programas, o que se pode dizer é que representaram uma modificação na forma como a intervenção era executada, pois esta se dava principalmente pelos Planos de Safra do Açúcar e dos Planos de Defesa do Alcool, os quais eram planos anuais. Esses novos programas, que eram bem simbolizados pelas concepções embutidas no Plano de Expansão, estavam voltados para um horizonte temporal de quase uma década, tendo como objetivo central aumentar a produtividade da agroindústria canavieira do Brasil, inclusive, estabelecendo metas quantitativas. Assim, a eficiência industrial seria aferida por dois indicadores, um rendimento de 100kg de açúcar por tonelada de cana esmagada e um período de moagem de 150 dias. Já a eficiência agrícola deveria atingir um rendimento de 60 toneladas de cana por hectare.

Esses programas não deram os resultados esperados, pelo menos no que se referia ao aspecto mais importante que era o aumento da produtividade do complexo. Em relação à expansão da produção e da capa-

cidade instalada, os resultados foram plenamente realizados, ver tabelas 10 e 11, onde se mostra como evoluíram os indicadores das atividades agrícola e industrial dos principais estados produtores no período em que foram adotados esses planos e programas. Os dados evidenciam que nenhum dos principais estados produtores de cana atingiu a meta quantitativa de eficiência agrícola, segundo o padrão estabelecido no Programa de Expansão. Alagoas se destaca por ter sido o Estado de maior crescimento em área colhida e cana produzida, e menor crescimento do rendimento agrícola. Ou seja, Alagoas foi onde mais se configurou o crescimento extensivo que marcou a evolução da agricultura brasileira em geral e da cultura canavieira em particular.

TABELA 10
Cana-de-Açúcar: Área colhida, produção e rendimento agrícola dos principais estados produtores(1960-1975)

Anos	1960	1965	1970	1975	$\Delta\%$ (1960-75)
Alagoas					
Área Colhida (ha)	93.112	115.991	119.514	227.846	144,7
Produção (ton)	4.118.325	4.863.288	5.335.358	10.500.000	154,96
Rendimento (ton/ha)	44,24	41,93	44,64	46,08	4,16
Pernambuco					
Área Colhida (há)	214.150	242.459	238.605	267.210	24,78
Produção (ton)	8.536.855	10.483.986	10.919.736	12.826.080	50,24
Rendimento (ton/ha)	39,86	43,24	45,76	48	20,42
São Paulo					
Área Colhida (há)	371.593	533.126	524.139	621.000	67,12
Produção (ton)	19.896.447	29.476.223	30.357.197	35.600.000	78,93
Rendimento (ton/ha)	53,54	55,29	57,92	57,33	7,08
Rio de Janeiro					
Área Colhida (há)	111.481	125.897	144.522	162.326	45,61
Produção (ton)	4.676.756	5.619.052	5.917.718	7.304.670	56,19
Rendimento (ton/ha)	41,95	44,63	40,95	45	7,27
Brasil					
Área Colhida (há)	1.339.933	1.705.081	1.725.121	1.969.227	46,96
Produção (ton)	56.926.582	75.852.866	79.752.936	91.524.559	60,78
Rendimento (ton/ha)	42,48	44,49	46,23	46,48	9,42

Fonte: IBGE – Anuários Estatísticos do Brasil – 1961, 1966, 1971 e 1976.

Quanto à situação industrial, o comportamento foi ainda pior que o da situação agrícola: a expansão da capacidade produtiva combinou-se a uma queda na eficiência industrial (kg de açúcar/ton de cana), com especial destaque para o caso alagoano, em que o rendimento industrial, na verdade, despencou.

TABELA 11
Produção de açúcar, cana moída e rendimento industrial dos principais estados produtores – Médias trienais (1960/1961-1975/1976)

Safras	1959/60-61/62(a)	1968/69-70/71	1973/74-75/76(b)	? % (a - b)
Alagoas				
Cana Moída (ton.)	3.072.467	5.680.451	9.850.331	220,6
Açúcar (sacos 60 Kg)	4.530.159	8.878.266	12.484.340	175,6
Rendimento (Kg/ton)	88,7	92,1	73,1	-17,6
Pernambuco				
Cana Moída (ton.)	8.931.217	9.229.979	13.184.418	47,6
Açúcar (sacos 60 Kg)	13.015.062	14.338.486	17.973.745	38,1
Rendimento (Kg/ton)	87,4	91,7	79,3	-9,3
São Paulo				
Cana Moída (ton.)	15.084.603	23.258.413	34.246.875	127
Açúcar (sacos 60 Kg)	22.813.719	35.219.363	54.034.823	136,9
Rendimento (Kg/ton)	93,6	93,3	92,9	-0,8
Rio de Janeiro				
Cana Moída (ton.)	4.245.361	4.748.596	6.274.450	47,8
Açúcar (sacos 60 Kg)	6.769.532	4.748.596	6.274.450	-7,3
Rendimento (Kg/ton)	96,3	93,9	88,5	-8,1
Brasil				
Cana Moída (ton.)	35.794.549	49.221.623	72.890.020	103,6
Açúcar (sacos 60 Kg)	53.882.458	75.357.931	107.172.698	98,9
Rendimento (Kg/ton)	91,6	92,6	86,5	-5,5

Fonte: MIC/IAA Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento – Divisão de Estatística

A busca de maior eficiência agrícola, que deu origem ao Planalsucar levou a instalação de estações experimentais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas, onde foram realizadas pesquisas e experimentos nos campos da genética, fitopatologia, entomologia e agronomia. O programa teve uma aplicação crescente de recursos, oriundos do Fundo Especial de Exportação, de 1973 a 1977, contudo, segundo Gomes

(1979, p. 127), “Apesar de serem estas aplicações relevantes, inclusive em termos das próprias previsões iniciais do Programa, o Planalsucar consumiu uma parcela ínfima dos recursos empregados pelo IAA no setor açucareiro”. No que diz respeito a Alagoas, as pesquisas desenvolvidas levaram a descoberta de três novas variedades consideradas promissoras, dentre as que foram selecionadas pelo Planalsucar. Isso gerou expectativas de que tais variedades, sendo entregues aos produtores, promoveriam uma substituição dos canaviais alagoanos a partir de 1980 e alcançaria, em 1983, uma lavoura completamente renovada, com as variedades RB que seriam muito mais produtivas.

O Programa de Racionalização/Apoio patrocinou processos de fusão, realocação e incorporação com o objetivo de promover a concentração, ampliação e modernização das unidades produtivas, tornando-se o principal absorvedor de recursos do Fundo Especial de Exportação. Segundo Pélico Filho & Medeiros (1975, p. 2), o processo de racionalização da agroindústria açucareira no Brasil teve início com a incorporação das usinas Pedras e Boa Vista, ambas localizadas no estado de Sergipe, pela usina alagoana Coruripe. Conforme levantamentos feitos por Gomes (1979, p. 28), tem-se que “Num cálculo inicial, a quantidade de recursos que o Instituto destina à expansão e melhoria de eficiência do setor industrial é *dez vezes maior* que a destinada à parte agrícola” (grifos do original). O resultado deste programa no parque açucareiro alagoano foi assim sumariado por Carvalho (2000), conforme segue:

Neste sentido, em Alagoas, a usina Laginha incorporou a Campo Verde e a Bititinga incorporou a Santa Amália. A usina Boa Sorte saiu do município de Viçosa e foi para Junqueiro (hoje Teotônio Vilela) com o novo nome de Seresta e a Porto Rico, sediada em Colônia Leopoldina, construiu outra unidade no município de Campo Alegre. As usinas Coruripe e Caeté aumentaram suas quotas em 600 e 200 mil sacos respectivamente. A usina Maria das Mercês, em Pernambuco, foi adquirida pelo Grupo João Lyra e transferida para Alagoas com o novo nome de Guaxuma e a Roçadinho, também pernambucana, foi transferida para Alagoas mantendo o mesmo nome e proprietário. (CARVALHO, 2000, p. 18).

Por fim, esse período foi marcado por uma evolução positiva dos preços no mercado internacional. A grande demanda e ótimos preços alcançados pelo açúcar viabilizaram, por meio dos fundos beneficiados pelos saldos arrecadados pelo IAA com as diferenças de preços internos e externos do açúcar exportado, a execução dos citados programas de modernização, baseados em créditos a juros subsidiados e sem correção monetária, e cujo resultado foi uma tamanha ampliação da capacidade instalada que o risco de uma nova crise de superprodução já voltava a ser uma possibilidade.

Neste contexto, a agroindústria canavieira alagoana, que já havia passado por um forte processo de crescimento extensivo da sua produção agrícola, consolidando a ocupação das terras de tabuleiros, teve também suas unidades produtivas industriais reestruturadas. Portanto, estava preparada para o novo processo expansivo que ocorreria no período pós-1975 com o advento do Programa Nacional do Alcool.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida permite concluir que a intervenção estatal por meio das políticas de cotas de produção, de garantia de mercado e de preços mínimos foi um dos principais determinantes da sobrevivência da atividade açucareira na região Norte/Nordeste, o que fez com que a agroindústria canavieira alagoana se tornasse uma das principais estruturas produtivas regional. Mas não foi apenas isto, também foram importantes, no caso de Alagoas, as condições geomorfológicas do Estado que fizeram da região dos Tabuleiros Costeiros de São Miguel dos Campos a principal área canavieira no Nordeste. Outro aspecto fundamental foi a disponibilidade de terras, que tanto viabilizou a expansão dos capitais locais quanto atraiu investimentos de grupos empresariais do Estado de Pernambuco.

Por último, foi determinante a disputa política travada entre setores da oligarquia local em torno de saídas econômicas distintas para o Estado, mas que, devido a fase expansionista do mercado dos produtos da agroindústria canavieira e de toda a estrutura institucional montada favorecendo principalmente o setor nordestino dessa agroindústria, permitiu a consolidação de uma estrutura econômica centrada na atividade produtiva açucareira e alcooleira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50: modernização e proletarização do trabalhador rural*. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.
- ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier. *O Estado e a agroindústria canavieira do Nordeste Oriental: modernização e proletarização*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE, 1988. (Série Estudos Regionais, 18).
- _____. *Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: Edufal, 1997.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2000. (Série Apontamentos, n. 42).
- DÉ CARLI, Gileno. *Alagoas: Sinopse histórica do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1935.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na cultura regional*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949.
- GÓIS, Antônio. *Sangue: subsídios para a história política de Alagoas*. Maceió: Esperança, 1941.
- GOMES, Gustavo Maia. Caráter e consequências da intervenção estatal no setor açucareiro do Brasil – 1933/1978. *Estudos Econômicos*, v. 9, n. 3, p. 123-150, set/dez, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Alasia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPQ, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – IBGE. *Censos Agropecuários, vários anos*.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA – Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orça-

mento/Divisão de Estatística. *Resultado das safras*. Rio de Janeiro, vários anos.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA. *Anuário açucareiro*. Rio de Janeiro, vários anos.

LOUREIRO, Osman. *Açúcar: notas e comentários*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1970.

OLIVEIRA, Hugo Paulo de. *Os presidentes do I.A.A.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975. (Coleção Canaveira, 19)

PÉLICO FILHO, Sylvio & MEDEIROS, Sérgio Vivacqua de. Aplicação do Fundo Especial de Exportação no Norte-Nordeste (I). *Brasil Açucareiro*, junho de 1975, p. 21-25.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canaveira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RAMOS, Pedro. Balanço e perspectivas da agroindústria canaveira de São Paulo. In: *Anais do II Congresso Europeo de Latinoamericanistas*. Halle, Alemanha, Agosto/1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Crescimento e crise da agroindústria açucareira do Brasil (1914-1939). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 7, vol. 3, jun. 1988.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canaveira do Brasil: 1930-1975*. São Paulo: HUCITEC-UNICAMP, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: Edufal, 1995.